GUIA CIDADANIA AMBIENTAL EM AÇÃO

Isto é mais pequeno do que pensas.

Um guia para agires — não para te informares.
Cada página termina com uma coisa feita:
um contador lido, uma carta enviada, um vizinho envolvido.

Escolhe um território, escolhe um degrau,
começa hoje.

Desenvolvido por: MORE THAN STORIES IMPACT FILMS zero.

COMO FUNCIONA ESTE GUIA

Todos percorrem os mesmos quatro degraus. Partes do mesmo assunto e, a cada passo, ganhas mais poder para agir. Podes ficar pelo primeiro mas, se quiseres avançar, sabes sempre qual é o passo seguinte.

Os quatro degraus são sempre os mesmos, em todos os temas:

Degrau 1 · Em casa, hoje, sozinho

Entre 15 minutos e 1 hora, sem precisares de ninguém nem de autorização.

Degrau 2 · Na rua, este mês, com três pessoas

Algumas horas, divididas entre todos. Três pessoas chegam para começar.

Degrau 3 · Pedir à Junta ou à Câmara

Uma carta e uma reunião. O poder local decide mais do que imaginas.

Degrau 4 · Quando não respondem ou não cumprem

Um requerimento, uma reclamação, uma denúncia.
Há instrumentos legais e são teus.

Cada proposta diz-te quanto tempo demora, quanto custa e quantas pessoas são precisas. Diz-te também o que te vão responder quando pedires — e o que responder a isso. Essa é a parte que quase nenhum guia tem e é a que faz a diferença.

ESTE GUIA ABORDA 7 TEMAS:

1. Água
2. Natureza
3. Alimentação
4. Ar e ruído
5. Resíduos
6. Energia e Mobilidade
7. Oceano

No final, encontras ainda:

Caixa de ferramentas

1. Pedir informação ambiental a uma entidade pública;
2. Participar numa consulta pública e escrever um contributo que conte;
3. Falar no período de intervenção do público da Assembleia Municipal;
4. Requerimento e petição à Assembleia Municipal;
5. Denúncia a entidades oficiais: SEPNA (GNR), IGAMAOT, APA, ICNF, Polícia Marítima, ASAE (sabe melhor quem trata do quê);
6. Participação procedimental e ação popular;
7. Queixa à Provedoria de Justiça;
8. Queixa à Comissão Europeia por incumprimento;
9. Orçamento participativo e orçamento participativo climático.

EXTRAS

1. O que pedir à tua Câmara.
2. Quando isto te ultrapassa.

.1 ÁGUA

Portugal perde uma parte significativa da água que trata e bombeia antes de ela chegar a uma torneira. Começa por saber quanto perdes tu — e acaba por saber quanto perde o teu município.

Degrau 1 · Em casa, hoje, sozinho

Apanha a fuga que não ouves

20 minutos, em dois dias · 0 € · sozinho

O que precisas.

O teu contador da água e o telemóvel para fotografar os números.

Como se faz.

1. Fecha todas as torneiras e não uses máquinas nem autoclismos.
2. Fotografa o contador à noite, com os últimos dígitos bem legíveis.
3. Fotografa outra vez de manhã, antes de alguém usar água.
4. Compara. Se os números mudaram, há uma fuga algures entre o contador e ti.
5. Verifica primeiro os autoclismos: põe umas gotas de corante no depósito e espera meia hora sem puxar. Se a cor aparecer na sanita, encontraste-a.

O que te vão responder.

> «É normal, o contador conta sempre um bocadinho.» Não, não é. Com tudo fechado, um contador parado é um contador parado. Se mexe, sai água para algum lado.
>
> «A fuga é do prédio, não é sua.» Pode ser — e é exatamente por isso que o registo fotográfico com data interessa. Leva-o à administração do condomínio por escrito.

Como sabes que resultou.

Repetes o teste depois da reparação e o contador fica parado a noite inteira.

O degrau seguinte.

Se o prédio tem fuga, a rua também pode ter. Passa à ficha «Percorre a tua rua à procura de água perdida».

Põe a chuva a trabalhar

1 hora · 20 a 60 € · sozinho

O que precisas.

Um recipiente com tampa (bidão, depósito, contentor reaproveitado), um tubo de queda acessível e uma rede fina para tapar a entrada.

Como se faz.

1. Escolhe uma queda de água pluvial que consigas alcançar — varanda, quintal, telheiro.
2. Desvia a queda para o recipiente, ou corta-a e coloca um desviador.
3. Tapa a entrada com rede fina: evita folhas e impede que os mosquitos se reproduzam.
4. Deixa uma saída de extravasamento para o sítio onde a água ia dar antes.
5. Usa a água para rega, lavagens e limpeza exterior. Não a bebas nem a uses na cozinha.

O que te vão responder.

> ««Isso cria mosquitos.» Só se ficar aberto. Tapado com rede e com extravasamento, não cria.
>
> «No condomínio não se pode.» Nem todos os prédios têm jardim, mas quase todos têm entrada, garagem ou escadas que se lavam com água da torneira. Propõe uma torneira exterior ligada ao depósito, para essa limpeza e para o passeio à porta. Leva à assembleia o custo e a poupança na água que a limpeza já gasta hoje — é gestão corrente, não obra.

Como sabes que resultou.

Podes passar um verão inteiro sem abrir a torneira para regar.

O degrau seguinte.

O que fizeste em casa, a Câmara pode fazer em escolas, pavilhões e mercados.
Ficha «Propõe que os edifícios municipais recolham a água da chuva».

Degrau 2 · Na rua, este mês, com três pessoas

Percorre a tua rua à procura de água perdida

2 horas · 0 € · 3 pessoas

O que precisas.

Telemóveis com localização ligada nas fotografias e uma folha partilhada para o registo.

Como se faz.

1. Dividam a zona em três percursos e combinem uma hora — de manhã cedo vê-se melhor a água que corre.
2. Fotografem tudo o que perde água: pavimento sempre húmido, tampas a verter, bocas de rega a pingar, rega automática a funcionar a meio do dia.
3. Registem para cada ponto a morada, a data, a hora e uma frase de descrição.
4. Repitam uma semana depois, nos mesmos pontos, para provar que não foi um acaso.
5. Enviem a lista à entidade gestora da água e à Junta de freguesia, por escrito, pedindo número de registo de entrada.

O que te vão responder.

> «Silêncio.» Ao fim de um mês, reenvia o mesmo documento citando o número de entrada e pede ponto de situação. O registo de entrada é o que transforma uma queixa num processo.
>
> Não é da nossa competência, é da entidade gestora.» Pede então que encaminhem e que te informem para quem encaminharam. Guarda essa resposta: passa a ser o teu mapa de quem decide o quê.

Como sabes que resultou.

Voltas aos pontos três meses depois e o pavimento está seco.

O degrau seguinte.

Pontos isolados são sintoma. O número que interessa é a percentagem de perdas do sistema — Ficha «Pede as perdas de água do teu município».

Adota a linha de água mais próxima

uma manhã, repetida · 0 € · 3 ou mais pessoas

O que precisas.

Luvas, sacos, calçado que possa molhar-se e uma caderneta de registo.
Nada de corta-mato.

Como se faz.

1. Identifica a ribeira ou vala mais perto de ti e percorre trezentos metros dela.
2. Retira apenas resíduos: plásticos, metais, entulho. Não arranques vegetação das margens — os salgueiros, freixos e amieiros seguram as margens e ajudam a tornar a água mais limpa.
3. Fotografa o antes e o depois, sempre do mesmo sítio, para conseguires comparar ao longo do tempo.
4. Anota o que encontraste de anormal: espuma, cor, cheiro, tubo a descarregar, margem cortada a direito.
5. Repete de três em três meses. É a repetição que faz do registo uma prova.

O que te vão responder.

> «A limpeza das linhas de água é responsabilidade dos proprietários.» Verdade em parte, e é por isso que estás a recolher resíduos e não a intervir na margem. O que estás a construir é o registo do estado — que é o que falta a quem decide.
>
> «Isso resolve-se com uma limpeza a fundo.» Cuidado: "limpeza a fundo" costuma significar máquina na margem e vegetação removida, o que piora a erosão e as cheias. Pede que qualquer intervenção mantenha a galeria ripícola.

Como sabes que resultou.

Tens uma série de fotografias do mesmo ponto ao longo de um ano.
Vale mais do que qualquer exposição escrita.

O degrau seguinte.

Se encontraste um tubo a descarregar, passa direto ao degrau 4: Ficha «Denuncia uma descarga».

Degrau 3 · Pedir à Junta ou à Câmara

Pede informação sobre as perdas de água do teu município

30 minutos a escrever · 0 € · sozinho ou em grupo

O que precisas.

O nome da entidade gestora da água no teu concelho e um endereço de correio eletrónico onde possas receber a resposta.

Como se faz.

1. Procura primeiro o que já é público: o regulador do setor publica indicadores de qualidade de serviço por entidade gestora, incluindo perdas de água.
2. Escreve à entidade gestora e à câmara a pedir três coisas concretas: a percentagem de água não faturada nos últimos três anos, o plano de redução de perdas em vigor e as metas anuais que esse plano fixa.
3. Invoca o direito de acesso à informação ambiental e pede número de registo de entrada.
4. Marca no calendário a data-limite de resposta.
5. Quando receberes os números, publica-os. Um número que ninguém vê não muda nada.

O que te vão responder.

> «Os dados estão no nosso relatório e contas.» Pede a página exata. Se o relatório não desagrega as perdas, o pedido mantém-se por responder.
>
> «Está em elaboração um plano.» Pergunta desde quando, quem o elabora e qual a data prevista de aprovação. "Em elaboração" sem data é uma forma educada de não responder.

Como sabes que resultou.

Tens três números e uma meta escrita, com origem identificada.

O degrau seguinte.

Se não responderem dentro do prazo, ficha «Exige a informação que te recusaram».

Propõe que os edifícios municipais recolham a água da chuva

uma manhã, repetida · 0 € · 3 ou mais pessoas

O que precisas.

Uma lista de três edifícios concretos — uma escola, um pavilhão, um mercado — e a fotografia dos respetivos telhados.

Como se faz.

1. Escolhe edifícios com telhado grande e consumo de água não potável evidente: rega, lavagens, balneários.
2. Escreve uma proposta de uma página: que edifícios, para que usos, e o pedido de que a Câmara avalie a instalação de sistemas de aproveitamento de águas pluviais.
3. Junta um segundo pedido, mais barato e mais estrutural: incentivos municipais — redução de taxas urbanísticas — para quem adote estes sistemas em construção nova.
4. Entrega por escrito e pede para apresentar a proposta no período de intervenção do público da assembleia municipal.
5. Leva três pessoas à sessão. Uma pessoa é um queixoso; três são um assunto.

O que te vão responder.

> «Não há verba este ano.» Pede então que fique inscrito nas Grandes Opções do Plano do ano seguinte e pergunta qual é o prazo para propostas. O orçamento municipal discute-se em datas conhecidas — descobre-as.
>
> «Tecnicamente é complicado.» Pede o parecer técnico que sustenta essa afirmação. Se não existir, acabaste de descobrir que não foi estudado.

Como sabes que resultou.

A proposta consta da ata da assembleia municipal. A partir daí existe.

O degrau seguinte.

Vê o que mais podes pedir à tua Câmara na secção “O que pedir à tua Câmara.”

Degrau 4 · Quando não cumprem

Exige a informação que te recusaram

30 minutos a escrever · 0 € · sozinho ou em grupo

O que precisas.

O pedido original, a data em que o enviaste, o número de registo de entrada e a resposta — ou a prova de que não houve nenhuma.

Como se faz.

1. Confirma que o prazo legal de resposta terminou.
2. Envia uma insistência formal, citando o registo de entrada e a lei de acesso à informação ambiental, e dando um prazo curto.
3. Não havendo resposta, apresenta queixa à Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, juntando todo o histórico.
4. Em paralelo, expõe o caso ao Provedor de Justiça. São vias independentes e podem correr ao mesmo tempo.
5. Torna público o percurso: o pedido, o silêncio, a queixa. É frequentemente o que faz com que tudo se resolva.

O que te vão responder.

> «O pedido foi encaminhado para os serviços competentes.» Encaminhar não é responder. Pede a identificação do serviço e a data do encaminhamento, e mantém a contagem do prazo.
>
> «A informação tem natureza reservada.» A recusa tem de ser fundamentada e indicar a norma. Pede-a por escrito — muitas recusas não sobrevivem a este pedido.

Como sabes que resultou.

Recebes o documento, ou recebes uma recusa fundamentada por escrito. Qualquer das duas é uma vitória: a segunda dá-te o que contestar.

O degrau seguinte.

Vê a "Caixa de ferramentas" para o texto-modelo e para os restantes instrumentos.

Denuncia uma descarga

uma manhã, repetida · 0 € · 3 ou mais pessoas

O que precisas.

Fotografias e vídeo com data, a localização o mais exata possível e, se der, a hora a que a descarga começa e acaba.

Como se faz.

1. Documenta antes de denunciar: vídeo curto com o tubo, a água recetora e uma referência do local visível. Sem te pores em perigo e sem entrares em propriedade privada.
2. Anota cor, cheiro, espuma e se há peixes mortos. Verifica se acontece sempre à mesma hora.
3. Apresenta a denúncia ao SEPNA da GNR — é o Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente — e, em paralelo, à Agência Portuguesa do Ambiente, enquanto autoridade nacional da água.
4. Pede número de processo. Sem número, a denúncia evapora-se.
5. Ao fim de um mês, pede o ponto de situação citando esse número.

O que te vão responder.

> «Foi registada a ocorrência.» Pergunta se houve deslocação ao local, em que data, e qual o resultado. Registar não é fiscalizar.
>
> «Não foi possível confirmar no momento da visita.» É por isso que anotaste a hora. Informa o padrão horário e pede nova deslocação nesse período.

Como sabes que resultou.

Existe um processo com número e uma deslocação ao local documentada.

O degrau seguinte.

Se o processo estagnar, a exposição ao Provedor de Justiça e, eventualmente, queixa à Comissão Europeia por incumprimento do direito da União estão na "Caixa de ferramentas".

.2 NATUREZA

A natureza mais importante para ti não está num Parque Natural: está na tua rua, no talude ao lado da escola, no terreno baldio que ninguém reclama. É a que desaparece sem ninguém dar conta — e é a única que podes defender sem sair de casa.

Degrau 1 · Em casa, hoje, sozinho

Conhece as árvores da tua rua pelo nome

1 hora · 0 € · sozinho

O que precisas.

Telemóvel e uma aplicação de identificação de plantas. Uma fita métrica, se tiveres.

Como se faz.

1. Percorre a tua rua e fotografa cada árvore: o tronco inteiro, a folha, e a casca de perto.
2. Identifica a espécie. Não precisas de acertar sempre — precisas de começar a reparar.
3. Mede o perímetro do tronco a um metro e meio do chão. É a medida que se usa para acompanhar o crescimento.
4. Anota o estado: copa equilibrada ou mutilada, caldeira sufocada por cimento, sinais de poda severa, tutor esquecido a estrangular o tronco.
5. Guarda tudo com a morada. Acabaste de fazer a primeira linha de um cadastro que o teu município talvez não tenha.

O que te vão responder.

> «Isso é trabalho da Câmara.» É. E é precisamente por isso que ter o teu registo muda a conversa: deixas de pedir que façam e passas a mostrar o que falta.
>
> «As árvores da rua não têm importância nenhuma.» Têm. São as que baixam a temperatura à porta de casa em agosto, e as únicas que a maioria das pessoas vê todos os dias.

Como sabes que resultou.

Consegues dizer quantas árvores tem a tua rua e quantos lugares para árvores estão vazios.

O degrau seguinte.

Uma rua é uma amostra. Passa à ficha «Faz o censo das árvores do teu bairro».

Deixa um canto por cortar

30 minutos · 0 € · sozinho

O que precisas.

Um canto de quintal, um talude, um vaso grande ou uma varanda. E a disposição para deixar aquilo com ar desarrumado.

Como se faz.

1. Escolhe o canto e deixa de cortar. A vegetação espontânea que aparece é, quase sempre, a que pertence ao sítio.
2. Junta uma pilha de lenha ou de pedras num sítio sombrio. É abrigo para insetos, anfíbios e lagartixas.
3. Põe um recipiente baixo com água e pedras dentro, para as aves e as abelhas pousarem sem se afogar. Muda a água de dois em dois dias.
4. Não uses herbicidas nem inseticidas nesse canto. Se o vizinho usa, vale a pena ter uma conversa com ele.

O que te vão responder.

> «Isso está ao abandono.» Põe uma placa pequena a dizer o que é e porquê. Metade da resistência desaparece quando o abandono passa a ter intenção declarada.
>
> «Atrai bichos.» Atrai, e é esse o objetivo. Polinizadores, aves e lagartixas não são praga — são o que resta.

Como sabes que resultou.

Ao fim de uma estação aparecem espécies que ali não estavam: borboletas, abelhas solitárias, uma ave a nidificar.

O degrau seguinte.

O que fizeste num canto, a Câmara pode fazer em hectares. Vê "O que pedir à tua Câmara."

Degrau 2 · Na rua, este mês, com três pessoas

Arranca uma invasora antes que ela ganhe mais espaço

uma manhã · 0 € · 3 ou mais pessoas

O que precisas.

Luvas, sacos resistentes, um sachola ou uma enxada pequena. Autorização de quem é dono do terreno — não entres em propriedade privada sem falar antes.

Como se faz.

1. Identifica a invasora certa: acácias, chorão, erva-das-pampas, háquea. Se tiveres dúvida, não arranques — podes estar a tirar vegetação nativa.
2. Ataca as plantas jovens primeiro. São as que saem com a raiz inteira e as que ainda não deram semente.
3. Arranca com raiz. Cortar à superfície faz a maioria destas espécies rebentar com mais força.
4. Se houver sementes ou frutos, ensaca no local e fecha o saco. Metade do trabalho perde-se a transportar sementes.
5. Encaminha o material para destino adequado e combina já a data da repetição. Uma sessão única não serve de nada: o que conta é voltar.

O que te vão responder.

> «Isso resolve-se com herbicida.» Resolve o visível e contamina o solo e a água. Em terreno público, pede que qualquer aplicação seja justificada por escrito.
>
> «O terreno não é vosso.» Verdade. Por isso se pede autorização antes. Uma carta curta à Câmara ou ao proprietário, com data e plano, costuma bastar — e fica como registo.

Como sabes que resultou.

Um ano depois, a área tratada tem menos rebentos do que a área ao lado. Fotografa do mesmo ponto para conseguires comparar.

O degrau seguinte.

Se a invasora está a alastrar a partir de terreno municipal, leva o caso à Câmara com as fotografias e o mapa.

Faz o censo das árvores do teu bairro

duas manhãs · 0 € · 3 a 6 pessoas

O que precisas.

Uma folha de cálculo partilhada, telemóveis com localização nas fotografias e um mapa do bairro impresso.

Como se faz.

1. Dividam o bairro em setores, um por pessoa, e combinem as mesmas colunas: morada, espécie, perímetro, estado, observações.
2. Registem também as ausências: caldeiras vazias, tocos de árvores abatidas, lugares onde a árvore desapareceu e nunca foi reposta.
3. Fotografem cada ausência. É a coluna mais poderosa do censo.
4. Somem: quantas árvores existem, quantas faltam, qual a percentagem de copado à vista.
5. Entreguem o censo à Câmara por escrito, pedindo número de registo de entrada, e publiquem-no.

O que te vão responder.

> «Já temos um inventário do arvoredo.» Ótimo — pede-o. Se existir, comparas e apontas as diferenças. Se não aparecer, descobriste que não existe.
>
> «Os dados não têm validade técnica.» Não precisam de ter. O censo não substitui o inventário municipal: obriga-o a existir.

Como sabes que resultou.

A Câmara responde com o seu próprio inventário, ou com um compromisso de reposição das árvores em falta.

O degrau seguinte.

Ficha «Pede o cadastro do arvoredo e o plano de gestão».

Degrau 3 · Pedir à Junta ou à Câmara

Pede o cadastro do arvoredo e o plano de gestão

30 minutos a escrever · 0 € · sozinho

O que precisas.

O teu censo, se já o tiveres, e o endereço dos serviços de espaços verdes do município.

Como se faz.

1. Pede três coisas: o cadastro ou inventário do arvoredo urbano, o plano de gestão do arvoredo e o regulamento municipal aplicável.
2. Invoca a legislação nacional do arvoredo urbano, que impõe aos municípios deveres de inventariação e gestão.
3. Pergunta, em concreto, quantas árvores foram abatidas e quantas plantadas nos últimos três anos.
4. Pede número de registo de entrada e marca uma data-limite.
5. Se o cadastro existir, pede-o em formato de dados e compara-o com o teu censo.

O que te vão responder.

> «Está em fase de elaboração.» Pergunta desde quando, quem o elabora e qual a data prevista. Sem data, "em elaboração" é só uma forma educada de não responder.
>
> «Os abates são compensados por novas plantações.» Pede os números dos dois lados e as espécies. Trocar árvores adultas por arbustos jovens não é compensação.

Como sabes que resultou.

Tens o documento, ou tens por escrito que ele não existe. As duas coisas servem.

O degrau seguinte.

Se não responderem, "Caixa de ferramentas": acesso à informação e Provedor de Justiça.

Pede a aplicação da regra 3-30-300

1 hora + uma reunião · 0 € · melhor em grupo

O que precisas.

O censo do bairro e uma fotografia da tua rua ao meio-dia de um dia de verão.

Como se faz.

1. Explica a regra em três linhas: ver três árvores de cada casa, trinta por cento de copado em cada bairro, um espaço verde a trezentos metros de cada porta.
2. Mostra onde o teu bairro falha, com os teus números.
3. Propõe que a regra seja adotada como critério municipal e aplicada primeiro nos bairros que estão pior — que costumam ser os de menor rendimento.
4. Entrega por escrito e pede para intervir no período de intervenção do público da Assembleia Municipal.
5. Pede que fique em ata.

O que te vão responder.

> «Não há espaço para plantar.» Há. Passeios sobredimensionados, lugares de estacionamento, pátios de escola impermeabilizados. Aponta três locais concretos na proposta e o argumento muda de terreno.
>
> «A manutenção é muito cara.» Pede a comparação com o custo de arrefecimento dos edifícios e com os custos de saúde do calor. E propõe espécies autóctones que são adequadas ao clima e que precisam de menos rega.

Como sabes que resultou.

A regra aparece num documento municipal — plano, regulamento ou grandes opções do plano.

O degrau seguinte.

Vê os restantes pedidos em "O que pedir à tua Câmara."

Degrau 4 · Quando não cumprem

Contesta o abate que ninguém explicou

1 hora, com urgência · 0 € · sozinho ou em grupo

O que precisas.

Fotografias das árvores ainda de pé, se ainda for a tempo, e a morada exata. Se já caíram, fotografa os tocos e conta-os.

Como se faz.

1. Age depressa: a maior parte dos abates faz-se num dia. Se vires máquinas, fotografa antes de discutir.
2. Pergunta no local quem é o dono da obra e se há autorização. Não confrontes os trabalhadores — eles não decidiram nada.
3. Escreve nesse mesmo dia à Câmara a pedir a autorização de abate, a fundamentação técnica e o parecer em que assenta. Pede número de registo de entrada.
4. Não havendo autorização, participa ao SEPNA da GNR e pede o embargo dos trabalhos.
5. Se as árvores já caíram, muda o pedido: exige a reposição, com número de exemplares, espécies e prazo.

O que te vão responder.

> «As árvores estavam doentes e representavam perigo.» Pede o relatório fitossanitário, com a data e o autor. Muitas vezes não existe — e a resposta a esse pedido é o documento mais útil de todo o processo.
>
> «Foi uma intervenção de poda.» Fotografa o resultado. Poda drástica, com corte de ramos estruturais, não é poda e costuma condenar a árvore a médio prazo.

Como sabes que resultou.

Existe um processo com número, e uma decisão escrita — de embargo, de reposição, ou de arquivamento fundamentado.

O degrau seguinte.

Se o processo estagnar ou se a escala te ultrapassar, procura uma ONGA.

Entra na consulta pública do projeto que ameaça um sítio

2 horas · 0 € · sozinho ou em grupo

O que precisas.

O processo em consulta no portal Participa.pt e o que tu sabes do terreno — que é, frequentemente, aquilo que falta ao estudo.

Como se faz.

1. Descarrega o estudo de impacte ambiental e vai direto ao capítulo da biodiversidade e ao resumo não técnico.
2. Procura o que não está lá: espécies que tu sabes que ocorrem, a linha de água que não é mencionada, a época do ano em que os trabalhos de campo foram feitos.
3. Escreve o contributo por pontos numerados, citando a página. Uma omissão documentada vale mais do que dez páginas de indignação.
4. Submete dentro do prazo e guarda o comprovativo.
5. Procura depois o relatório de ponderação e a declaração de impacte ambiental: é aí que se vê se responderam.

O que te vão responder.

> «O contributo foi considerado.» Procura no relatório de ponderação a resposta ao teu ponto concreto. "Considerado" sem resposta ponto a ponto não é ponderação.
>
> «Os impactes são minimizáveis.» Pergunta quais são as medidas, quem as fiscaliza, com que periodicidade, e o que acontece se não forem cumpridas. A maioria das medidas de minimização nunca é verificada.

Como sabes que resultou.

O teu ponto aparece citado no relatório de ponderação, ou dá origem a uma condição na decisão final.

O degrau seguinte.

Processos de avaliação de impacte ambiental são pesados e técnicos. É exatamente aqui que uma ONGA faz diferença.

.3 ALIMENTAÇÃO

Comes três vezes por dia. É a decisão ambiental que repetes mais vezes na vida — e aquela em que a distância entre o que julgas estar a fazer e o que estás mesmo a fazer costuma ser maior. Este território começa por fechar essa distância.

Degrau 1 · Em casa, hoje, sozinho

Descobre de onde veio o teu jantar

30 minutos · 0 € · sozinho

O que precisas.

As embalagens e os rótulos do que tens em casa, e uma folha para a lista.

Como se faz.

1. Escolhe uma refeição que faças muitas vezes e escreve os ingredientes todos, sem esquecer o azeite, o sal e o que está congelado.
2. Procura a origem de cada um. Lê com atenção: "embalado em Portugal" ou "produzido na UE" não dizem onde aquilo cresceu.
3. Marca a vermelho os ingredientes cuja origem não conseguiste descobrir. É esse o número que interessa.
4. Verifica a época. Se estás a comer em janeiro algo que só se colhe em julho, veio de longe ou de estufa aquecida.
5. Escolhe um único ingrediente — o que mais repetes — e propõe-te encontrar-lhe uma origem conhecida.

O que te vão responder.

> «É tudo igual, o importante é o preço.» O preço é mesmo importante e não vale fingir o contrário. Por isso é que a ficha te pede um ingrediente, não a lista toda.
>
> «Local nem sempre é melhor do que importado.» Nem sempre, é verdade — o transporte é só uma parte da conta. Mas local e da época é quase sempre melhor, e tem a vantagem de deixar o dinheiro perto de ti.

Como sabes que resultou.

Sabes dizer a origem real de mais de metade do que comeste ontem.

O degrau seguinte.

Encontrar essa origem é mais fácil em grupo. Passa à ficha «Monta uma compra conjunta com um produtor».

Semeia o que usas todas as semanas

2 horas · 0 € · sozinho ou em grupo

O que precisas.

Dois ou três vasos fundos, terra, sementes e um parapeito com pelo menos quatro horas de sol.

Como se faz.

1. Escolhe o que usas mesmo: salsa, coentros, cebolinho, alface de corte, rúcula. Nada de plantar o que nunca comes.
2. Semeia pouco de cada vez e repete de três em três semanas. É assim que tens sempre, em vez de teres tudo de uma vez e nada depois.
3. Rega de manhã e à raiz, não à folha.
4. Colhe cortando as folhas de fora e deixando o centro. A planta continua a produzir durante meses.
5. Guarda as sementes de uma planta que deixes florir. Custam zero e adaptam-se ao teu parapeito.

O que te vão responder.

> «Isso não alimenta ninguém.» Não alimenta, e não é esse o objetivo. O objetivo é passares a saber quanto tempo demora uma alface — e nunca mais olhares para o preço dela da mesma maneira.
>
> «Não tenho jeito nenhum para isto.» A rúcula e a alface de corte germinam em poucos dias e perdoam quase tudo. Começa por aí.

Como sabes que resultou.

Cortaste da tua janela alguma coisa que foi para o prato nesse dia.

O degrau seguinte.

Um parapeito é pequeno. Um terreno municipal não é: Ficha «Pede terrenos municipais para hortas comunitárias».

Degrau 2 · Na rua, este mês, com três pessoas

Vai conhecer quem produz mais perto de ti

uma manhã · custo do que comprares · 3 pessoas

O que precisas.

Transporte, sacos e caixas próprias, e disponibilidade para ouvir mais do que falar.

Como se faz.

1. Procura quem produz num raio de trinta quilómetros: mercados municipais, feiras, cooperativas agrícolas, redes de produtores em modo biológico.
2. Telefona antes. Combina uma hora que sirva a quem trabalha — não apareças à hora da colheita.
3. Faz três perguntas: o que tens agora, o que te é mais difícil vender e como preferes que te comprem.
4. Compra alguma coisa, mesmo pouco. A visita que não compra é turismo.
5. Anota o contacto, o que produz, em que meses, e se entrega ou se é preciso ir buscar.

O que te vão responder.

> «Só vendo por grosso.» Pergunta a partir de que quantidade. É frequentemente aí que nasce a ideia de juntar quatro famílias em vez de uma.
>
> «Já tentei vender de forma direta e não resultou.» Pergunta porquê. A resposta costuma ser o mesmo: pouca gente, produção irregular, muito tempo perdido. É exatamente o que a ficha seguinte resolve.

Como sabes que resultou.

Tens três contactos, com nome, produto e época.

O degrau seguinte.

Transforma a visita em rotina: «Monta uma compra conjunta com um produtor».

Monta uma compra conjunta com um produtor

algumas horas, depois quase nenhuma · 0 € · 4 a 10 famílias

O que precisas.

Um produtor disponível, um ponto de entrega coberto, um dia fixo e uma pessoa responsável de cada vez.

Como se faz.

1. Junta quatro a dez famílias. Menos não compensa a quem produz; muito mais exige organização a sério logo no início.
2. Fixa o dia e a hora e não os mudes. A previsibilidade é o que faz isto funcionar — para quem compra e sobretudo para quem produz.
3. Encontra o ponto de entrega: garagem, associação de moradores, café, átrio de escola. Coberto e com acesso fácil.
4. Combinem as regras logo no princípio, por escrito: como se encomenda, até quando, como se paga, e o que acontece a quem não aparece.
5. Rodem a pessoa responsável pela receção. É a única forma de isto não morrer quando quem começou se cansar.

O que te vão responder.

> «É muito trabalho para pouca coisa.» Nas primeiras quatro semanas é. Depois é meia hora por semana. Combina desde o início um período experimental de dois meses — tira o peso da decisão a toda a gente.
>
> «Sai mais caro que o supermercado.» Compara ao mesmo nível: produto da época e da mesma qualidade. E conta o que muda do outro lado — a margem fica com quem produziu, não com quem distribuiu.

Como sabes que resultou.

Fizeram oito entregas seguidas sem falhar nenhuma e apareceu uma família que ninguém convidou.

O degrau seguinte.

O que fazem dez famílias, uma cantina escolar faz por centenas: Ficha «Pede produto local na cantina da escola».

Degrau 3 · Pedir à Junta ou à Câmara

Pede produto local na cantina da escola

2 horas + uma reunião · 0 € · melhor em grupo

O que precisas.

Saber quem fornece a cantina — a Câmara, o agrupamento de escolas ou uma empresa contratada — e quando termina o contrato atual.

Como se faz.

1. Descobre primeiro a data de fim do contrato. É o único momento em que as regras se podem mudar, e é preciso chegar antes.
2. Pede o caderno de encargos em vigor e vê se tem algum critério de proximidade, sazonalidade ou produção biológica.
3. Propõe coisas exequíveis: divisão do concurso em lotes pequenos, para que produtores locais possam concorrer; uma percentagem de produto da época; uma refeição de base vegetal por semana.
4. Junta a associação de pais. Nesta matéria, é a voz que a escola não consegue ignorar.
5. Entrega por escrito, com registo de entrada, e pede resposta sobre o próximo procedimento de contratação.

O que te vão responder.

> «A lei dos contratos públicos não permite favorecer produtores locais.» Não permite exigir origem geográfica, é certo. Permite outras coisas: lotes pequenos, frescura, prazos curtos de entrega, produção biológica, critérios ambientais. O efeito prático é o mesmo e é legal.
>
> «Ia encarecer as refeições.» Pede a simulação de custo. E lembra que uma refeição de base vegetal por semana costuma libertar orçamento para comprar melhor o restante.

Como sabes que resultou.

O critério aparece no caderno de encargos do concurso seguinte. Não antes disso.

O degrau seguinte.

Se o critério ficar no papel mas não na prática, ficha «Pede a ementa e o contrato».

Pede um mercado de produtores — e regras que travem a revenda

1 hora + uma reunião · 0 € · melhor em grupo

O que precisas.

A lista de produtores que reuniste no degrau 2 e uma ideia de local: praça, mercado municipal subaproveitado, largo com sombra.

Como se faz.

1. Propõe um mercado com dia fixo e local fixo, semanal ou quinzenal.
2. Insiste no ponto que quase todos os Municípios esquecem: um regulamento que garanta que quem vende é quem produz. Sem isso, em três meses o mercado é ocupado por revendedores e perde o sentido.
3. Pede identificação visível em cada banca: nome, exploração, freguesia, e se é produção biológica.
4. Pede condições que façam diferença a quem produz: taxa reduzida ou nula, água, sombra, e um horário compatível com quem trabalha no campo de manhã.
5. Leva contigo, à reunião, dois produtores. Muda tudo.

O que te vão responder.

> «Já temos uma feira quinzenal.» Vai lá e conta quantas bancas são de quem produz. Leva essa contagem à reunião seguinte.
>
> «Não podemos discriminar quem vende.» Não é discriminar: é definir a natureza do mercado. Um mercado de produtores tem por definição "produtores", tal como uma feira do livro tem livros.

Como sabes que resultou.

Existe regulamento escrito, com a exigência de produção própria, e bancas identificadas.

O degrau seguinte.

Vê os restantes pedidos em "O que pedir à tua Câmara."

Degrau 4 · Quando não cumprem

Pede a ementa, o contrato e o que foi mesmo servido

40 minutos · 0 € · sozinho

O que precisas.

O nome da escola ou do equipamento e a identificação da entidade que contratou o serviço.

Como se faz.

1. Pede quatro documentos: o caderno de encargos, o contrato em vigor, as ementas dos últimos três meses e os relatórios de acompanhamento da execução.
2. Compara o que o contrato exige com o que as ementas mostram. É aí que aparecem as diferenças.
3. Pergunta quem fiscaliza o cumprimento dos critérios, com que periodicidade, e o que acontece quando não são cumpridos.
4. Pede também os números do desperdício: refeições confecionadas e refeições servidas.
5. Pede número de registo de entrada e marca a data-limite de resposta.

O que te vão responder.

> «São documentos da empresa, estão protegidos por segredo comercial.» Um contrato público não é segredo comercial. Podem ocultar partes concretas, mas têm de fundamentar cada ocultação.
>
> «As ementas estão afixadas na escola.» As ementas previstas, sim. O que pediste foi o que foi efetivamente servido e o relatório de execução. Não é a mesma coisa.

Como sabes que resultou.

Tens os documentos nas mãos e consegues apontar, com página, uma exigência que não está a ser cumprida.

O degrau seguinte.

Sem resposta dentro do prazo, "Caixa de ferramentas": insistência formal, Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos e Provedor de Justiça.

Exige critérios ecológicos nas compras públicas de alimentos

1 hora · 0 € · sozinho ou em grupo

O que precisas.

Os documentos que obtiveste na ficha anterior e a noção de que existe, a nível nacional, uma estratégia de compras públicas ecológicas com critérios definidos para a alimentação.

Como se faz.

1. Pergunta à entidade adjudicante que critérios ambientais aplicou no último procedimento de aquisição de refeições ou géneros alimentares.
2. Pergunta se aplicou os critérios previstos na estratégia nacional de compras públicas ecológicas e, se não, com que fundamento.
3. Pede os dados de execução: que percentagem do valor contratado incorporou critérios ambientais.
4. Se a resposta for vaga ou negativa, dirige a mesma pergunta ao órgão deliberativo — Assembleia Municipal ou conselho geral do Agrupamento Escolar — em sessão pública.
5. Publica a resposta. Esta é uma matéria que quase ninguém pergunta, e por isso quase ninguém cumpre.

O que te vão responder.

> «Os critérios ecológicos são voluntários.» Há metas nacionais associadas e obrigações de reporte. Pergunta então qual foi o valor reportado pelo Município no último ano.
>
> «Os nossos serviços não têm formação para isso.» É uma resposta honesta e útil. Propõe formação e a adoção dos critérios já publicados — não é preciso inventar nada, está tudo escrito.

Como sabes que resultou.

Tens uma resposta escrita com números, ou tens a confirmação escrita de que nunca foram aplicados critérios. As duas mudam a conversa.

O degrau seguinte.

Isto é matéria técnica e nacional. Se quiseres levar mais longe, procura uma ONGA — é exatamente o tipo de caso em que estas fazem a diferença.

.4 AR E RUÍDO

São os dois problemas ambientais que te entram em casa sem pedir licença e que quase ninguém mede. Também são aqueles em que a prova é mais fácil de fazer: basta um telemóvel, um caderno e a teimosia de registar sempre à mesma hora.

Degrau 1 · Em casa, hoje, sozinho

Mede o ruído do teu quarto durante uma noite

5 minutos por noite, uma semana · 0 € · sozinho

O que precisas.

Uma aplicação de sonómetro no telemóvel e um caderno. Importa referir que a aplicação não tem valor legal — serve para saberes se vale a pena exigir medição a sério.

Como se faz.

1. Põe o telemóvel sempre no mesmo sítio, longe da parede, com a janela como a tens normalmente à noite.
2. Regista durante uma semana: hora, valor médio, valor de pico e a origem do ruído se a conseguires identificar.
3. Anota o que te acontece a ti — a que horas acordaste, quantas vezes. É a parte que mais pesa numa queixa.
4. Repete numa noite de fim de semana e numa noite de semana. Quase sempre são problemas diferentes.
5. Faz um gráfico simples com as horas em que os picos acontecem. Um padrão horário vale mais do que um valor isolado.

O que te vão responder.

> «Essas aplicações não têm validade.» Não têm, e não é isso que estás a alegar. O que trazes é um padrão documentado que justifica uma medição oficial — e é isso que estás a pedir.
>
> «Foi só uma noite pior.» Por isso é que são sete noites. Uma noite é uma queixa; uma semana é um facto.

Como sabes que resultou.

Consegues dizer a que horas, com que frequência e durante quanto tempo, sem hesitar.

O degrau seguinte.

Se o ruído afeta mais gente, ficha «Faz o diário de ruído da tua rua». Se é uma fonte só, salta para «Exige medição oficial».

Descobre o que respiras à tua porta

30 minutos · 0 € · sozinho

O que precisas.

Ligação à internet e a morada de onde vives, trabalhas ou deixas as crianças.

Como se faz.

1. Procura a estação de monitorização da qualidade do ar mais próxima, na rede gerida pela Agência Portuguesa do Ambiente, e vê a que distância fica de ti.
2. Anota os poluentes que mede. Muitas estações não medem tudo, e o que não é medido não existe para quem decide.
3. Vê quantos dias do último ano excederam os valores de referência e compara com as recomendações da Organização Mundial da Saúde, que são mais exigentes do que os limites legais.
4. Repara no tipo de estação: as de tráfego e as de fundo urbano contam histórias diferentes da mesma cidade.
5. Escreve numa folha o que descobriste e a que distância isso foi medido do sítio onde as tuas crianças brincam.

O que te vão responder.

> «Cumprimos os valores legais.» Provavelmente sim. Os limites legais europeus são bastante mais permissivos do que aquilo que a OMS recomenda para a saúde. Cumprir a lei e fazer mal à saúde não são coisas incompatíveis.
>
> «A estação mais próxima fica a quilómetros.» Exato — e essa é a tua primeira reivindicação: medir onde as pessoas estão, à porta das escolas e nos eixos de tráfego.

Como sabes que resultou.

Sabes o que se mede, onde, com que resultados, e o que não se mede de todo.

O degrau seguinte.

Trânsito é a principal fonte urbana. Passa à ficha «Conta os carros à porta da escola».

Degrau 2 · Na rua, este mês, com três pessoas

Conta os carros à porta da escola às oito e meia

20 minutos, três dias · 0 € · 2 a 4 pessoas

O que precisas.

Um cronómetro, folhas de contagem iguais para todos e um sítio seguro onde ficar.

Como se faz.

1. Escolham a mesma janela de vinte minutos, no mesmo local, em três dias de semana diferentes.
2. Contem três coisas: veículos que passam, veículos que param em segunda fila ou em cima do passeio, e veículos parados com o motor a trabalhar.
3. Contem também crianças que chegam a pé, de bicicleta ou de transporte público. É o número que dá esperança à proposta.
4. Fotografem os passeios ocupados e as passadeiras bloqueadas, sempre com hora.
5. Somem e escrevam meia página: três dias, três números, três fotografias.

O que te vão responder.

> «São só quinze minutos por dia.» São quinze minutos a que estão expostas centenas de crianças, todos os dias letivos, exatamente à altura do tubo de escape. Diz isso assim.
>
> «Os pais precisam de levar os filhos de carro.» Muitos precisam mesmo. Uma rua escolar não proíbe o carro — afasta o ponto de largada umas dezenas de metros e organiza-o. Vale a pena dizê-lo logo, para não se instalar o mal-entendido.

Como sabes que resultou.

Tens números de três dias e não uma impressão.

O degrau seguinte.

Ficha «Pede uma rua escolar».

Faz o diário de ruído da tua rua

5 minutos por dia, um mês · 0 € · 3 ou mais famílias

O que precisas.

Uma folha partilhada e vizinhos afetados pela mesma fonte: um bar, uma obra, uma estrada, uma rota de aviões.

Como se faz.

1. Combinem as mesmas colunas: data, hora de início, hora de fim, fonte, o que impediu (dormir, estudar, trabalhar) e quem registou.
2. Registem todos os dias, mesmo os dias calmos. Um diário só com os dias maus é fácil de desacreditar.
3. Guardem gravações curtas com data e hora, quando for possível.
4. Ao fim de um mês, contem: quantas noites afetadas, em quantos dias, a que horas.
5. Apresentem o diário de uma só vez, assinado por todos, e peçam número de registo de entrada.

O que te vão responder.

> «É a única queixa que temos.» Deixou de ser. É por isso que o documento vai assinado por várias famílias e não enviado três vezes em separado.
>
> «Foi feita uma medição e estava dentro dos limites.» Pede o auto: data, hora, local exato e duração. Medições feitas fora do período crítico dão sempre valores aceitáveis.

Como sabes que resultou.

Existe um processo aberto com o diário anexado.

O degrau seguinte.

Ficha «Exige medição oficial do ruído».

Degrau 3 · Pedir à Junta ou à Câmara

Pede uma rua escolar

2 horas + uma reunião · 0 € · melhor em grupo

O que precisas.

As contagens dos três dias, as fotografias e a associação de pais do teu lado.

Como se faz.

1. Propõe o mínimo que funciona: fecho ao trânsito automóvel nos vinte minutos da entrada e nos vinte da saída, com pilaretes amovíveis ou barreiras simples.
2. Indica onde fica o ponto de largada alternativo, a que distância e por que percurso. Sem isto, a proposta cai.
3. Propõe começar por um período experimental de um trimestre, com avaliação. Reduz muito a resistência política.
4. Junta escola, associação de pais e Junta de freguesia à proposta antes de a entregar.
5. Entrega por escrito e pede para apresentar no período de intervenção do público da Assembleia Municipal.

O que te vão responder.

> «Vai empurrar o trânsito para as ruas vizinhas.» Em parte, sim. Propõe que a avaliação do período experimental meça exatamente isso — e aceita corrigir se acontecer. A disponibilidade para avaliar desarma a objeção.
>
> «É preciso alterar o trânsito, o que demora.» Pergunta que procedimento é necessário, quanto tempo demora e quem o instrui. Uma resposta concreta transforma um "não" numa data.

Como sabes que resultou.

Existe decisão escrita com data de início do período experimental.

O degrau seguinte.

Vê os restantes pedidos em “O que pedir à tua Câmara.”

Pede o mapa de ruído e o plano de ação

30 minutos a escrever · 0 € · sozinho

O que precisas.

Nada além do endereço da Câmara e do teu diário de ruído, se já o tiveres.

Como se faz.

1. Pede três documentos: o mapa de ruído municipal, o plano de ação de ruído e a identificação das zonas sensíveis e mistas definidas no plano diretor municipal.
2. Pergunta a data da última atualização de cada um.
3. Localiza a tua rua no mapa e vê em que classe está. Muitas vezes a classificação não corresponde ao uso real.
4. Se o plano de ação existir, pergunta que medidas foram executadas, quando, e com que resultado medido.
5. Pede o número de registo de entrada e marca a data-limite.

O que te vão responder.

> «O mapa de ruído está desatualizado.» Ótima resposta para ter por escrito. Passa a ser o fundamento do pedido seguinte: atualizar.
>
> «O plano de ação está em revisão.» Pergunta desde quando, quem o revê e qual a data prevista de aprovação. E pede para seres notificado da consulta pública.

Como sabes que resultou.

Tens os documentos ou tens escrito que não existem ou estão desatualizados.

O degrau seguinte.

"Caixa de ferramentas": acesso à informação e Provedor de Justiça, em As chaves da máquina.

Degrau 4 · Quando não cumprem

Exige medição oficial do ruído

1 hora · 0 € · sozinho ou em grupo

O que precisas.

O diário de ruído, a identificação exata da fonte e a morada onde o incómodo é sentido.

Como se faz.

1. Dirige o pedido à Câmara municipal, que é quem tem competência de fiscalização sobre grande parte das fontes de ruído.
2. Pede uma medição acústica realizada por entidade acreditada, no período crítico — ou seja, nas horas em que o ruído acontece.
3. Indica no pedido as horas e os dias em que a medição faz sentido. Sem isto, arriscas uma medição às dez da manhã de um dia de semana.
4. Pede o auto de medição quando estiver concluído, e não apenas a conclusão.
5. Se a fonte for uma atividade licenciada, pede em paralelo cópia da licença e das condicionantes de horário e de ruído que lhe foram impostas.

O que te vão responder.

> «Não temos meios para fazer a medição.» Pede que o digam por escrito e que identifiquem a entidade a quem cabe fazê-la. Uma incompetência assumida por escrito é a base de uma exposição ao Provedor de Justiça.
>
> «O ruído é de vizinhança e não compete à Câmara.» Ruído de vizinhança tem tratamento próprio, é verdade — mas cabe à autoridade policial. Pede então o encaminhamento por escrito, com indicação de para quem foi encaminhado.

Como sabes que resultou.

Existe um auto de medição feito no período crítico. Com ou sem infração, passaste a ter um facto oficial.

O degrau seguinte.

Ficha «Contesta a licença da atividade que te tira o sono».

Contesta a licença da atividade que te tira o sono

1 a 2 horas · 0 € · melhor em grupo

O que precisas.

O nome e a morada exata do estabelecimento ou da obra, e o teu diário de ruído.

Como se faz.

1. Pede à Câmara a licença ou a comunicação prévia da atividade, o horário de funcionamento autorizado e as condicionantes impostas.
2. Compara com a realidade: horário praticado, música no exterior, esplanada, ventilação, cargas e descargas de madrugada.
3. Se houver incumprimento, pede fiscalização com indicação das horas em que faz sentido fiscalizar.
4. Se o incumprimento se mantiver, requer a alteração do horário de funcionamento — é uma competência municipal e é muitas vezes a solução mais rápida.
5. Guarda tudo com números de entrada. É esta cronologia que faz a diferença se o caso avançar.

O que te vão responder.

> «O estabelecimento está licenciado.» Estar licenciado não é autorização para incumprir as condicionantes. O que pediste foi a verificação do cumprimento, não a legalidade da existência.
>
> «Há interesses económicos a considerar.» Há, e é legítimo dizê-lo. Mas a conciliação faz-se por horários e condicionantes escritas, não pedindo a quem mora que aguente a situação.

Como sabes que resultou.

Existe uma decisão escrita: fiscalização feita, condicionante imposta, horário alterado, ou arquivamento fundamentado.

O degrau seguinte.

Se a fonte for grande — uma via, um aeroporto, uma unidade industrial — o caso ultrapassa-te sozinho. Vê “Quando isto te ultrapassa”.

.5 RESÍDUOS

É o território onde há mais gestos individuais disponíveis e onde eles sozinhos chegam menos longe. Serve-te deles para chegar ao que interessa: o sistema que decide o que é recolhido, quanto custa e a quem.

Degrau 1 · Em casa, hoje, sozinho

Pesa o teu lixo durante uma semana

5 minutos por dia · 0 € · sozinho

O que precisas.

Uma balança de casa de banho ou de cozinha e quatro sacos: indiferenciado, embalagens, papel, restos de comida.

Como se faz.

1. Separa durante sete dias e pesa cada saco no fim de cada dia.
2. Anota os pesos numa folha, por fração.
3. No fim da semana, calcula a percentagem de cada fração no total.
4. Repara no indiferenciado: vê o que lá está e pergunta-te, item a item, porque é que ali foi parar. Faltava o contentor certo? Faltava informação? Não havia alternativa à embalagem?
5. Escolhe as duas coisas mais pesadas e trata só dessas. Ninguém muda tudo ao mesmo tempo.

O que te vão responder.

> «Depois vai tudo para o mesmo sítio.» Não vai, e há dados públicos de destino por fluxo que o mostram. Mas a desconfiança é real e merece resposta com dados, não com sermões.
>
> «O problema são as empresas, não as pessoas.» Em grande medida sim. Mas foi a pesagem que te deu o argumento para o degrau 3 — e é lá que se mexe no sistema.

Como sabes que resultou.

Sabes quanto pesa o teu lixo por semana e qual é a fração maior. Quase ninguém sabe.

O degrau seguinte.

Se a fração maior for restos de comida, ficha «Monta uma compostagem de bairro».

Repara uma coisa em vez de a deitar fora

1 a 2 horas · 0 a 15 € · sozinho

O que precisas.

O objeto avariado, uma chave de fendas, paciência, e a internet para procurar o modelo.

Como se faz.

1. Escolhe um objeto que já ias deitar fora. O risco é baixo: já estava perdido.
2. Procura o modelo exato mais a avaria. Há comunidades inteiras dedicadas a reparações de eletrodomésticos e eletrónica.
3. Fotografa cada passo à medida que desmontas. É o truque que evita a montagem impossível.
4. Se precisares de peça, procura-a antes de desmontar tudo.
5. Se não conseguires, leva o objeto a uma oficina de reparação antes de o descartar. E, se o descartares, leva-o ao ecocentro e não ao contentor.

O que te vão responder.

> «Não compensa, é mais barato comprar novo.» Muitas vezes é, e é precisamente esse o problema que a política pública devia corrigir. Repara à mesma uma coisa: é a experiência que te faz perceber o que está errado no sistema.
>
> «Perde-se a garantia.» Se ainda está na garantia, usa-a — é para isso que serve. Esta ficha é para o que já não tem garantia nenhuma.

Como sabes que resultou.

O objeto funciona, ou percebeste exatamente porque é que não podia ser reparado. As duas coisas valem.

O degrau seguinte.

Ficha «Organiza uma tarde de reparação no teu bairro».

Degrau 2 · Na rua, este mês, com três pessoas

Monta uma compostagem de bairro

uma manhã + meia hora por semana · 0 a 150 € · 4 ou mais famílias

O que precisas.

Um local com sombra parcial e acesso fácil, dois compostores, e uma fonte de material seco — folhas ou estilha — que é onde toda a gente falha.

Como se faz.

1. Garante o local por escrito: Junta de freguesia, associação, condomínio ou horta comunitária. Sem autorização, isto dura até à primeira queixa.
2. Pergunta primeiro à Câmara se cede compostores. Muitas cedem, e poucas pessoas perguntam.
3. Guarda o material seco junto ao compostor, num contentor fechado. Regra prática: para cada balde de restos de comida, um balde de material seco.
4. Afixa as regras em duas linhas e com desenhos: o que entra, o que não entra, e como se revolve.
5. Nomeia dois responsáveis rotativos por mês e combina um dia fixo para revolver. É a manutenção que faz isto viver ou morrer.

O que te vão responder.

> «Vai cheirar mal e atrair ratos.» Só cheira se faltar material seco. Um compostor bem gerido cheira a terra. Diz isto antes que alguém o diga por ti.
>
> «Não há espaço.» Dois compostores ocupam menos do que um lugar de estacionamento. Leva a medida exata à reunião.

Como sabes que resultou.

Tiraram o primeiro composto ao fim de alguns meses e distribuíram-no. É esse momento que fixa o grupo.

O degrau seguinte.

O que vocês fazem à mão, o sistema tem de fazer à escala: ficha «Pede um tarifário que premeie quem produz menos».

Organiza uma tarde de reparação no teu bairro

uma tarde, depois de umas horas a preparar · 0 a 50 € · 4 a 8 pessoas

O que precisas.

Um espaço com mesas e tomadas, duas ou três pessoas com jeito para reparar, e ferramenta básica.

Como se faz.

1. Procura quem repara: eletricista reformado, costureira, alguém que perceba de bicicletas, um jovem que mexa em eletrónica. Existem sempre, e raramente são convidados.
2. Reserva o espaço — Junta de freguesia, associação, biblioteca, escola — e fixa data e horário.
3. Anuncia com uma regra clara: repara-se com quem trouxe o objeto, não por ele. A tarde é de aprendizagem, não de serviço gratuito.
4. Prepara uma folha de registo: objeto, avaria, reparado ou não, e porquê. No fim do dia tens dados.
5. Marca a data seguinte antes de todos irem embora.

O que te vão responder.

> «E se estragarem alguma coisa?» Escreve à entrada que a reparação é feita pelo próprio, com ajuda, e por sua conta e risco. Toda a gente compreende — os objetos já estavam avariados.
>
> «Isso faz concorrência às oficinas.» Convida-as. Muitas aproveitam para angariar os trabalhos que não se conseguem fazer ali.

Como sabes que resultou.

Tens o número de objetos que não foram para o lixo nessa tarde, e uma segunda data marcada.

O degrau seguinte.

Ficha «Pede uma biblioteca das coisas e um espaço de reutilização».

Degrau 3 · Pedir à Junta ou à Câmara

Pede um tarifário que premeie quem produz menos

30 minutos a escrever · 0 € · sozinho ou em grupo

O que precisas.

A tua fatura da água, onde a tarifa de resíduos costuma vir agarrada, e os dados da tua pesagem.

Como se faz.

1. Repara como te é cobrado o lixo: na esmagadora maioria dos municípios, em função da água que consomes — ou seja, sem qualquer relação com o lixo que produzes.
2. Propõe o princípio: quem produz menos paga menos. É o chamado tarifário em função da produção.
3. Pede que seja testado numa zona-piloto antes de generalizado, com avaliação publicada. É assim que se ganham estas discussões.
4. Junta o pedido da recolha de biorresíduos porta a porta, sem a qual o tarifário é injusto: não se pode penalizar quem não tem alternativa.
5. Entrega por escrito e pede para apresentar na Assembleia Municipal.

O que te vão responder.

> «Vai aumentar a deposição ilegal.» É o receio legítimo e há experiência sobre isso: mitiga-se com recolha de biorresíduos disponível, com fiscalização e com período de adaptação. Propõe as três coisas no mesmo documento.
>
> «É tecnicamente muito complexo.» Há vários municípios portugueses com sistemas deste tipo. Pergunta se foram contactados e pede que a resposta identifique os que foram estudados.

Como sabes que resultou.

Existe uma deliberação, ainda que apenas para estudar a zona-piloto.
É por aí que começa.

O degrau seguinte.

Ficha «Pede as metas de recolha seletiva e o que foi cumprido».

Pede uma biblioteca das coisas e um espaço de reutilização

1 hora + uma reunião · 0 € · melhor em grupo

O que precisas.

Os dados da tua tarde de reparação, se já a fizeste, e uma ideia de espaço subaproveitado no concelho.

Como se faz.

1. Propõe duas coisas juntas, porque se sustentam uma à outra: um espaço onde se emprestam ferramentas e equipamentos de uso pontual, e uma zona de reutilização no ecocentro, onde o que ainda serve é separado antes de se tornar resíduo.
2. Indica o que emprestar: berbequins, escadotes, máquinas de costura, ferramenta de jardim, equipamento de campismo. Coisas caras que se usam duas vezes por ano.
3. Propõe parceria com uma associação local ou empresa de inserção social para a gestão. Reduz custo e cria emprego.
4. Pede que a zona de reutilização do ecocentro seja regulamentada — sem regras escritas, os operadores não deixam retirar nada.
5. Entrega por escrito com registo de entrada.

O que te vão responder.

> «Não temos recursos humanos.» É por isso que a proposta inclui a parceria. Nomeia duas entidades locais concretas que poderiam assumir a gestão.
>
> «Há responsabilidade se alguém se magoar com uma ferramenta emprestada.» Há regulamento e seguro, como em qualquer equipamento municipal. Existem exemplos que podem ser copiados — pede que sejam estudados.

Como sabes que resultou.

Existe uma decisão, um espaço identificado ou uma verba inscrita.

O degrau seguinte.

Vê o que mais podes pedir à tua Câmara na secção “O que pedir à tua Câmara.”

Degrau 4 · Quando não cumprem

Pede as metas de recolha seletiva e o que foi cumprido

O nome do teu município e o do sistema de gestão de resíduos que o serve.

O que precisas.

O pedido original, a data em que o enviaste, o número de registo de entrada e a resposta — ou a prova de que não houve nenhuma.

Como se faz.

1. Pede os quantitativos dos últimos três anos: resíduos urbanos produzidos por habitante, recolha seletiva por fluxo e destino final de cada fluxo.
2. Pede as metas aplicáveis ao município e a comparação entre metas e execução.
3. Pergunta em concreto pela recolha de biorresíduos: em que percentagem do território está implementada e qual o calendário para a restante.
4. Pergunta quanto dos resíduos urbanos ainda vai a aterro e qual a trajetória prevista.
5. Publica os números lado a lado com as metas. A distância entre as duas colunas é a notícia.

O que te vão responder.

> «Esses dados são do sistema intermunicipal.» Pede então que encaminhem e te digam para quem. E dirige o mesmo pedido ao sistema, em paralelo.
>
> «Os valores estão em linha com a média nacional.» A média nacional está longe das metas. Compara com as metas, não com a média — e diz isso.

Como sabes que resultou.

Tens uma tabela com metas de um lado e execução do outro, com origem identificada.

O degrau seguinte.

Se não responderem, "Caixa de ferramentas": insistência, Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, Provedor de Justiça.

Denuncia a deposição ilegal ou a queima de resíduos

uma manhã, repetida · 0 € · 3 ou mais pessoas

O que precisas.

Fotografias com data e localização, e a descrição do tipo de material. Sem entrar no local nem mexer em nada.

Como se faz.

1. Documenta à distância: o que está depositado, a área aproximada, e se há vestígios de queima ou de líquidos a escorrer.
2. Repara no material: entulho de construção, pneus, resíduos hospitalares, bidões. O tipo de resíduo determina a gravidade e a entidade competente.
3. Participa ao SEPNA da GNR. Se houver indícios de operador licenciado envolvido, participa também à inspeção da área do ambiente.
4. Pede número de processo e a identificação de quem ficou responsável.
5. Volta ao local ao fim de um mês e fotografa outra vez. A comparação é o que impede o processo de adormecer.

O que te vão responder.

> «O terreno é privado, é responsabilidade do proprietário.» A remoção é, mas a fiscalização e a notificação do proprietário não. Pergunta se o proprietário foi notificado, quando, e com que prazo.
>
> «Já é conhecido, é um problema antigo.» Então existe processo. Pede o número e o histórico. "Problema antigo" costuma querer dizer processo parado.

Como sabes que resultou.

Há processo com número, notificação ao responsável e prazo de remoção fixado.

O degrau seguinte.

Se for uma operação de grande dimensão ou se persistir, vê “Quando isto te ultrapassa”.

.6 ENERGIA E MOBILIDADE

É onde estão as maiores emissões e também as maiores contas. Por isso é o território em que é mais fácil convencer quem não quer saber de ambiente: aqui, quase tudo o que é bom para o clima é bom para a carteira.

Degrau 1 · Em casa, hoje, sozinho

Lê a tua fatura de eletricidade até ao fim

40 minutos · 0 € · sozinho

O que precisas.

Três faturas seguidas, de preferência de meses diferentes do ano.

Como se faz.

1. Procura a potência contratada. É um valor fixo que pagas todos os meses, uses ou não. Muita gente tem mais do que precisa, herdado de quando instalou o contador.
2. Vê se a tua leitura é real ou estimada. Faturas estimadas escondem consumos e acertos desagradáveis.
3. Vê o tarifário: simples, bi-horário ou tri-horário, e se a tua vida encaixa mesmo nele.
4. Separa o que é energia do que são taxas e impostos. A conta que consegues reduzir é a primeira.
5. Faz uma coisa concreta esta semana: baixar a potência um escalão, mudar de tarifário, ou pedir leitura real.

O que te vão responder.

> «Baixar a potência faz saltar o quadro.» Só se ligares tudo ao mesmo tempo. Testa uma semana de forno e máquina a horas diferentes antes de decidir.
>
> «É tudo igual, seja qual for o fornecedor.» Não é, e o regulador tem um simulador público de tarifários. Mas atenção às fidelizações e aos serviços agregados que aparecem nas letras pequenas.

Como sabes que resultou.

A fatura seguinte tem um valor fixo mais baixo, ou tens leitura real.

O degrau seguinte.

Depois de gastares menos, produz: ficha «Junta vizinhos para partilhar energia».

Descobre por onde foge o calor da tua casa

1 hora, numa noite fria · 0 a 40 € · sozinho

O que precisas.

Uma vela ou um pauzinho de incenso, e uma noite fria com a casa aquecida.

Como se faz.

1. Fecha tudo e passa a chama devagar junto aos caixilhos, às portas exteriores, à caixa de estores e às tomadas em paredes exteriores.
2. Onde a chama oscila, há entrada de ar. Marca com um papel autocolante.
3. Passa a mão pelas paredes exteriores e pelo teto: as zonas nitidamente mais frias são pontes térmicas.
4. Trata primeiro o mais barato: borrachas de vedação nas frestas, bicha na base das portas, caixas de estores vedadas, cortinado pesado à noite.
5. Anota o que só se resolve com obra. Essa lista serve para quando houver apoio ao arrendamento ou à reabilitação — e para exigires que ele exista.

O que te vão responder.

> «Isso resolve-se com mais aquecimento.» Resolve o desconforto e multiplica a fatura. Vedar frestas custa poucos euros e nota-se na mesma noite.
>
> «Sou inquilino, não posso fazer obras.» Vedações, cortinados e portadas não são obras e vão contigo quando mudares. E o registo do que encontraste serve para falar com o senhorio por escrito.

Como sabes que resultou.

Deixas de sentir corrente de ar nos sítios que marcaste, e a casa arrefece mais devagar depois de desligares o aquecimento.

O degrau seguinte.

A pobreza energética não se resolve casa a casa. Vê “O que pedir à tua Câmara”.

Degrau 2 · Na rua, este mês, com três pessoas

Faz o teste dos quinze minutos no teu bairro

duas horas · 0 € · 3 pessoas, idades diferentes

O que precisas.

Um cronómetro, um mapa impresso e — isto é importante — pelo menos uma pessoa com mobilidade reduzida, um carrinho de bebé ou uma criança pequena.

Como se faz.

1. Escolham cinco destinos: escola, farmácia, mercearia, paragem de transporte, espaço verde.
2. Cronometrem o percurso a pé a partir de casa, no passeio, sem atalhos que ninguém faz.
3. Registem os obstáculos: passeio com menos de metro e meio, carros estacionados em cima, passadeiras que faltam onde as pessoas atravessam mesmo, degraus sem rampa, semáforos curtos de mais.
4. Fotografem cada obstáculo com a morada.
5. Marquem num mapa o que fica a menos de quinze minutos e o que não. É esse mapa que vale mais do que mil palavras numa reunião.

O que te vão responder.

> «Toda a gente aqui anda de carro.» Anda porque andar a pé é desagradável ou impossível. O mapa mostra exatamente onde é que isso acontece.
>
> «Os passeios são estreitos por causa do edificado.» Nalguns sítios sim. Noutros, o passeio é estreito porque o estacionamento é largo. Aponta os casos concretos em que essa escolha foi feita.

Como sabes que resultou.

Tens um mapa, uma lista de obstáculos com morada e fotografias datadas.

O degrau seguinte.

Ficha «Pede que o teu percurso a pé deixe de ser uma corrida de obstáculos».

Junta vizinhos para partilhar energia

algumas semanas · 0 € nesta fase · 5 ou mais

O que precisas.

As faturas de quem adere, uma ideia dos telhados disponíveis e alguém disposto a coordenar.

Como se faz.

1. Junta cinco a dez interessados na mesma zona. A proximidade é condição, porque a partilha é feita através da rede local.
2. Somem os consumos anuais das faturas e vejam o perfil: quem consome de dia, quem consome à noite. Um bom grupo mistura casas, comércio e um equipamento que gaste de dia.
3. Procurem o telhado: prédio, armazém, escola, pavilhão, mercado. Telhados grandes e sem sombra valem mais do que muitos pequenos.
4. Decidam a forma jurídica e o modelo — autoconsumo coletivo no mesmo edifício, ou comunidade de energia entre vários. Peçam apoio técnico antes de assinar seja o que for.
5. Reservem um lugar para quem tem dificuldade em pagar a fatura. É o que distingue uma comunidade de energia de um investimento coletivo.

O que te vão responder.

> «É muito complicado juridicamente.» Há burocracia, sim. Por isso a ficha te diz para procurares apoio técnico antes de avançar — e para começares pelo mais simples, que é o autoconsumo coletivo no próprio edifício.
>
> «O condomínio nunca vai aprovar.» Leva a assembleia de condóminos uma proposta com o investimento, a poupança estimada e o prazo de retorno. Sem números, não passa; com números, passa mais vezes do que se pensa.

Como sabes que resultou.

Existe um grupo com consumos somados, um telhado identificado e uma reunião marcada com quem vos pode apoiar tecnicamente.

O degrau seguinte.

Ficha «Propõe uma comunidade de energia com a escola ou o mercado».

Degrau 3 · Pedir à Junta ou à Câmara

Propõe uma comunidade de energia com a escola ou o mercado

2 horas + uma reunião · 0 € · grupo

O que precisas.

O grupo do degrau 2 e a identificação de edifícios municipais com telhado grande perto de vocês.

Como se faz.

1. Propõe que o Município ceda telhados de equipamentos públicos — escolas, pavilhões, mercados, parques de estacionamento — para produção partilhada.
2. Explica a vantagem para a Câmara: consumo próprio mais barato durante o dia, quando estes edifícios funcionam, e excedente partilhado com a vizinhança.
3. Propõe que uma parte da energia produzida seja destinada a famílias em situação de pobreza energética, identificadas pela ação social do município.
4. Pede que se avalie o armazenamento, mesmo que fique para segunda fase. É o que dá resiliência quando falta a rede.
5. Entrega por escrito e pede para apresentar na Assembleia Municipal.

O que te vão responder.

> «Já temos painéis nos edifícios municipais.» Pergunta quanto produzem, quanto é autoconsumido e o que acontece ao excedente. É frequente o excedente ser injetado na rede sem retorno para a comunidade.
>
> «Não temos capacidade de investimento.» A cedência de telhado não exige investimento municipal. Há modelos em que o investimento é da comunidade ou de terceiros. Pede que sejam estudados.

Como sabes que resultou.

Existe deliberação de cedência de telhado, ou um protocolo assinado.

O degrau seguinte.

Ficha «Pede o plano de ação climática e o que já foi executado».

Pede que o teu percurso a pé deixe de ser uma corrida de obstáculos

1 hora + uma reunião · 0 € · melhor em grupo

O que precisas.

O mapa e as fotografias do teste dos quinze minutos.

Como se faz.

1. Não peças "melhores passeios". Pede cinco intervenções concretas, com morada, ordenadas por prioridade.
2. Foca-te no que é barato e rápido: passadeiras onde as pessoas já atravessam, rebaixamentos de passeio, pilaretes que impeçam o estacionamento em cima do passeio, tempo de verde suficiente para atravessar a passo lento.
3. Junta uma proposta estrutural: um percurso contínuo e acessível entre a escola, a paragem de transporte e o centro de saúde.
4. Leva as fotografias impressas. Numa reunião, uma fotografia de um passeio de setenta centímetros vale mais do que qualquer argumento.
5. Pede resposta com prazos por cada uma das cinco intervenções.

O que te vão responder.

> «Retirar estacionamento é impopular.» É. Por isso se pedem cinco pontos concretos e não uma política geral — e se começa pelos que protegem crianças e pessoas com mobilidade reduzida, onde a discussão é outra.
>
> «Está previsto na requalificação da zona.» Pergunta a data, a verba e o projeto. "Está previsto" sem estes três não é uma resposta.

Como sabes que resultou.

Ficha «Exige fiscalização de quem estaciona em passeios e passadeiras».

O degrau seguinte.

Vê o que mais podes pedir à tua Câmara na secção “O que pedir à tua Câmara”.

Degrau 4 · Quando não cumprem

Pede o plano de ação climática e o que já foi executado

40 minutos · 0 € · sozinho

O que precisas.

O nome do município e paciência para ler um documento longo.

Como se faz.

1. Pede o plano municipal de ação climática ou instrumento equivalente, e o inventário de emissões do município.
2. Pede o relatório de execução: que medidas foram concretizadas, em que ano, com que verba, e com que redução de emissões estimada.
3. Pergunta quem é o responsável interno pela execução e com que periodicidade é monitorizada.
4. Escolhe três medidas do plano e pergunta, uma por uma, em que ponto estão. Perguntas específicas obtêm respostas; perguntas gerais obtêm brochuras.
5. Publica a comparação entre o que está escrito e o que foi feito.

O que te vão responder.

> «O plano foi aprovado e está disponível no site.» Ótimo, mas o que pediste foi a execução. Um plano aprovado sem relatório de execução é uma intenção.
>
> «A monitorização está a ser preparada.» Pergunta desde quando e com que data prevista. E pergunta o que impediu a monitorização até aqui.

Como sabes que resultou.

Tens o estado concreto de três medidas, por escrito.

O degrau seguinte.

Se não responderem, "Caixa de ferramentas". Se o problema for estrutural e nacional, procura uma ONGA.

Exige fiscalização de quem estaciona em passeios e passadeiras

Fotografias com data e hora, sempre nos mesmos locais, durante duas ou três semanas.

O que precisas.

Fotografias com data e localização, e a descrição do tipo de material. Sem entrar no local nem mexer em nada.

Como se faz.

1. Escolhe dois ou três pontos críticos — normalmente passadeiras, esquinas e passeios junto a escolas — e fotografa à mesma hora.
2. Não fotografes pessoas nem matrículas de forma identificável no que fores publicar. O problema é o padrão, não o condutor.
3. Pede fiscalização dirigida a esses locais e a esses horários, por escrito, com registo de entrada.
4. Pede os dados: quantas ações de fiscalização foram realizadas naquela zona no último ano e quantos autos foram levantados.
5. Se a fiscalização não acontecer, repete o pedido citando o registo anterior e leva o assunto à Assembleia Municipal.

O que te vão responder.

> «Não há agentes suficientes.» Pede que o digam por escrito, com o número de agentes afetos à fiscalização de trânsito. É uma resposta que abre a discussão sobre meios — e sobre soluções físicas que dispensam agentes, como pilaretes.
>
> «Não há alternativa de estacionamento.» Pode ser verdade e não é razão para ocupar passadeiras. Separa as duas conversas: a segurança primeiro, a oferta de estacionamento depois.

Como sabes que resultou.

Há dados de fiscalização, ou há pilaretes. Qualquer uma das duas resolve.

O degrau seguinte.

Se for um padrão em todo o concelho, junta-o ao pedido do plano de ação climática e às propostas de "O que pedir à tua Câmara".

.7 OCEANO

A maior parte do território português é mar — e quase tudo o que lá chega saiu de terra: da tua rua, da tua máquina de lavar, do teu prato. Este território começa longe da praia, porque é aí que se decide o que lhe acontece.

Degrau 1 · Em casa, hoje, sozinho

Descobre de onde vem o peixe que comes

20 minutos · 0 € · sozinho

O que precisas.

O rótulo do peixe que compras ou cinco minutos de conversa com o teu peixeiro.

Como se faz.

1. Lê o rótulo do peixe fresco ou congelado: tem de indicar a espécie, se foi capturado ou criado em aquacultura, a zona de captura e a arte de pesca.
2. Repara no método: a pesca com anzol, linha ou armadilha costuma ter menos impacte do que o arrasto de fundo.
3. Pergunta ao peixeiro o que está na época e o que vem de perto. Quem vende sabe — mas raramente lhe perguntam.
4. Experimenta uma espécie menos procurada. Comermos sempre as mesmas três ou quatro espécies é parte do problema.
5. Recusa peixe pequeno demais. Há tamanhos mínimos legais, e um peixe que não chegou a reproduzir-se é um peixe a menos no futuro.

O que te vão responder.

> «É tudo peixe do mar, é tudo igual.» Não é. A mesma espécie pode vir de uma pesca bem gerida ou de uma população em declínio, e o rótulo existe precisamente para saberes qual.
>
> «O peixe de aquacultura é sempre pior.» Depende muito da espécie e de como é criado. O mexilhão e a ostra, por exemplo, criam-se sem ração e filtram a água. Pergunta, não presumas.

Como sabes que resultou.

Consegues dizer, do último peixe que compraste, a espécie, a origem e como foi pescado.

O degrau seguinte.

O que chega ao mar não é só o que tiramos dele. Passa à ficha «Segue a tua sarjeta até ao mar».

Trava os microplásticos que saem da tua máquina de lavar

15 minutos · 0 a 30 € · sozinho

O que precisas.

A tua roupa, as etiquetas dela e, se quiseres ir mais longe, um saco de lavagem que retém fibras.

Como se faz.

1. Lê as etiquetas: poliéster, poliamida, acrílico e elastano são plástico. Cada lavagem solta fibras que as estações de tratamento não retêm por inteiro.
2. Lava com a máquina cheia, a temperaturas baixas e em ciclos curtos. Menos fricção, menos fibras.
3. Lava menos vezes o que não está sujo. Um casaco polar não precisa de ir à máquina todas as semanas.
4. Usa um saco de lavagem que retém fibras para a roupa sintética, ou um filtro na saída da máquina.
5. Quando comprares, prefere fibras naturais para o que se lava muito.

O que te vão responder.

> «Uma máquina de lavar não faz diferença no oceano.» Uma não faz. Milhões de lavagens por semana fazem — e é das fontes de microplásticos mais difíceis de travar depois de saírem de casa.
>
> «Então deixo de usar roupa sintética?» Não precisas. Precisas de a lavar melhor e de a fazer durar. A peça mais sustentável é a que já tens.

Como sabes que resultou.

Mudaste o programa da máquina e a roupa sintética passou a ir num saco próprio.

O degrau seguinte.

Ficha «Segue a tua sarjeta até ao mar».

Degrau 2 · Na rua, este mês, com três pessoas

Segue a tua sarjeta até ao mar

2 horas · 0 € · 3 pessoas

O que precisas.

Telemóveis com localização nas fotografias e um mapa da zona.

Como se faz.

1. Escolhe as sarjetas da tua rua. Em muitas cidades, a água da chuva que entra nelas vai diretamente para a ribeira ou para o mar, sem passar por tratamento.
2. Fotografa o que está à volta e dentro de cada uma: beatas, embalagens, óleo, entulho.
3. Descobre para onde vão: procura no mapa a linha de água mais próxima e o ponto onde desagua.
4. Vai ao ponto de descarga depois de um dia de chuva e fotografa o que lá chega — sem desceres margens instáveis nem entrares em coletores.
5. Junta as duas séries de fotografias lado a lado: a sarjeta e a foz. É a prova mais simples de que o mar começa na tua rua.

O que te vão responder.

> «As sarjetas vão para a estação de tratamento.» Nalguns sítios vão, noutros não. Pergunta à Câmara ou à entidade gestora se a rede da tua rua é separativa ou unitária — a resposta muda tudo.
>
> «O lixo nas sarjetas é falta de civismo.» Também é. Mas uma sarjeta sem grelha de retenção e um caixote longe demais também são escolhas de quem gere a rua.

Como sabes que resultou.

Tens o percurso documentado, da sarjeta à foz, com fotografias das duas pontas.

O degrau seguinte.

Ficha «Pede a qualidade da água balnear e o plano para quando falha».

Faz uma limpeza de praia que conta

uma manhã · 0 € · 4 ou mais pessoas

O que precisas.

Luvas, sacos, uma balança de mão e uma folha de registo. Serve também uma margem de rio — o lixo de praia viaja pelos rios.

Como se faz.

1. Marca um troço de cem metros, sempre o mesmo. É a medida usada nos programas de monitorização do lixo marinho.
2. Antes de recolher, conta e classifica: plásticos, beatas, redes e cabos, embalagens, cotonetes, esferovite. Fotografa.
3. Recolhe e pesa por categoria.
4. Anota os dez objetos mais frequentes. É essa lista — e não o peso — que diz de onde vem o problema.
5. Repete no mesmo troço, a cada estação. Uma limpeza é um gesto; uma série é um dado.

O que te vão responder.

> «Para quê contar, se o importante é limpar?» Porque uma praia limpa volta a sujar-se na maré seguinte. O registo diz o que é preciso travar a montante — e isso já não se resolve com sacos.
>
> «A Câmara já limpa a praia.» Limpa a areia, muitas vezes com máquina e sobretudo na época balnear. O que estás a fazer é outra coisa: perceber o que chega e porquê.

Como sabes que resultou.

Tens a lista dos dez objetos mais encontrados, com data e troço — e uma data marcada para repetir.

O degrau seguinte.

Se no topo da lista estiverem copos, palhinhas e embalagens de comida, ficha «Pede uma frente de mar sem plástico de uso único».

Degrau 3 · Pedir à Junta ou à Câmara

Pede uma frente de mar sem plástico de uso único

1 hora + uma reunião · 0 € · melhor em grupo

O que precisas.

A lista dos dez objetos mais encontrados na tua praia ou margem, e a identificação de quem lá vende: concessionários, bares, eventos.

Como se faz.

1. Leva os teus dados: o que mais aparece e onde.
2. Propõe três medidas concretas: bebedouros e pontos de enchimento de garrafas; cinzeiros de praia à entrada; reutilizáveis obrigatórios nos eventos e nas concessões.
3. Pergunta quem licencia os apoios de praia e os eventos — a Câmara ou a Agência Portuguesa do Ambiente — e pede que estas condições entrem nessas licenças. É aí que a regra passa a ser obrigatória.
4. Fala com os concessionários antes de entregar a proposta. Muitos já querem fazê-lo e precisam de uma regra igual para todos.
5. Entrega por escrito e pede para apresentar no período de intervenção do público da Assembleia Municipal.

O que te vão responder.

> «Já há uma lei para os plásticos de uso único.» Há, para alguns produtos. Mas a lei não põe um bebedouro na praia nem obriga um festival a usar copos reutilizáveis. Isso decide-se localmente.
>
> «Os concessionários vão queixar-se.» Alguns sim. Por isso a proposta vem com eles à mesa — e com uma regra igual para todos, que é o que mais pedem.

Como sabes que resultou.

As condições aparecem numa licença, num regulamento de praia ou nas condições de um evento.

O degrau seguinte.

Vê os restantes pedidos em “O que pedir à tua Câmara”.

Pede a qualidade da água balnear e o plano para quando falha

30 minutos a escrever · 0 € · sozinho

O que precisas.

O nome da praia — de mar ou fluvial — e o endereço da Câmara e da Agência Portuguesa do Ambiente.

Como se faz.

1. Procura primeiro o que é público: a classificação da qualidade da água de cada praia é publicada todos os anos.
2. Pede o perfil de água balnear da tua praia. É o documento que identifica as fontes de poluição que a podem afetar — descargas, ribeiras, coletores.
3. Pergunta que medidas estão previstas para cada fonte identificada, quem as executa e com que prazo.
4. Pergunta quantas vezes a praia foi interdita ou desaconselhada nos últimos três anos, e porquê.
5. Pede número de registo de entrada e marca a data-limite.

O que te vão responder.

> «A praia tem classificação excelente.» Ótimo — e o perfil diz se isso se mantém depois de uma chuvada forte. As análises são pontuais; as descargas não avisam.
>
> «As descargas são da responsabilidade da entidade gestora.» Pede então que encaminhem e te digam para quem. E faz o mesmo pedido à entidade gestora, em paralelo.

Como sabes que resultou.

Tens o perfil da praia e uma lista de medidas com responsável e prazo — ou a confirmação escrita de que não existem.

O degrau seguinte.

Se encontraste uma descarga, ficha «Denuncia uma descarga», no território Água.
Se não responderem, "Caixa de ferramentas".

Degrau 4 · Quando não cumprem

Denuncia a obra em cima da duna

40 minutos, com urgência · 0 € · sozinho ou em grupo

O que precisas.

Fotografias com data e localização, a identificação do local e, se der, do dono da obra.

Como se faz.

1. Age depressa: uma máquina destrói numa manhã uma duna que levou décadas a formar-se.
2. Fotografa sem entrar na obra: a máquina, a areia removida, a vegetação arrancada, as vedações.
3. Verifica se há aviso de licença afixado. Uma obra licenciada tem de o mostrar.
4. Participa ao SEPNA da GNR ou à Polícia Marítima e, em paralelo, à Agência Portuguesa do Ambiente, que é a autoridade para o domínio público marítimo. Pede o embargo dos trabalhos.
5. Pede número de processo e, ao fim de um mês, ponto de situação.

O que te vão responder.

> «É só um acesso à praia.» Um acesso aberto à máquina, sem passadiço, expõe a duna ao vento e ao mar. Pergunta se está previsto no programa da orla costeira.
>
> «A obra está licenciada.» Pede a licença e confirma se a Agência Portuguesa do Ambiente se pronunciou. Na orla costeira há regras próprias, que nem sempre são respeitadas.

Como sabes que resultou.

Existe um processo com número e uma decisão escrita — embargo, reposição, ou arquivamento fundamentado.

O degrau seguinte.

Obras na orla costeira são matéria técnica e jurídica pesada. Vê “Quando isto te ultrapassa”.

Denuncia a pesca ilegal ou o peixe abaixo do tamanho mínimo

30 minutos · 0 € · sozinho

O que precisas.

Fotografias com data e localização, e a descrição do tipo de material. Sem entrar no local nem mexer em nada.

Como se faz.

1. Distingue onde acontece: no mar e na costa — redes em zonas proibidas, apanha fora de época, capturas em área protegida — ou na venda, com peixe abaixo do tamanho mínimo no mercado ou no restaurante.
2. Documenta à distância: o que vês, a hora, o local, a embarcação se for visível.
3. No mar e na costa, participa à Polícia Marítima. Na venda, participa à ASAE.
4. Pede número de processo.
5. Se for um padrão repetido no mesmo sítio, regista as datas e volta a participar com o histórico.

O que te vão responder.

> «É pesca para consumo próprio.» A pesca lúdica também tem regras — tamanhos mínimos, quantidades e zonas. Consumo próprio não é isenção.
>
> «Toda a gente faz isto.» É exatamente por isso que o registo com datas importa: um padrão repetido no mesmo sítio é o que faz a fiscalização aparecer.

Como sabes que resultou.

Existe um processo com número e, se o padrão era repetido, passou a haver fiscalização.

O degrau seguinte.

Se o problema for estrutural — uma área protegida sem fiscalização, uma pescaria em declínio — vê "Quando isto te ultrapassa".

A CAIXA DE FERRAMENTAS

Aqui está aquilo que quase nenhum guia de cidadania te dá: os instrumentos reais, em linguagem de receita, com o texto pronto a copiar. Não precisas de advogado para nenhum deles.

Pedir informação ambiental a uma entidade pública

É o instrumento mais subestimado que existe. Qualquer pessoa pode pedir informação sobre ambiente a qualquer entidade pública, sem justificar porquê, e a entidade tem um prazo para responder.

REGRAS DE OURO

- Pede coisas concretas e enumeradas. "Informação sobre a água" não obriga a nada; "a percentagem de água não faturada em 2023, 2024 e 2025" obriga.
- Exige sempre número de registo de entrada.
- Marca a data-limite no calendário no dia em que envias.

Modelo.

Assunto: Pedido de acesso a informação ambiental

Exmos. Senhores,

Ao abrigo do direito de acesso à informação ambiental, venho solicitar o acesso aos seguintes elementos:

1. [elemento concreto, com anos e unidades]
2. [elemento concreto]
3. [elemento concreto]

Solicito que a informação seja enviada por correio eletrónico para este endereço e agradeço a indicação do número de registo de entrada do presente pedido.

Com os melhores cumprimentos,
[nome] · [morada] · [data]

Participar numa consulta pública e escrever um contributo que conte

As consultas públicas de planos, programas e projetos estão reunidas no portal Participa.pt. Quase todas terminam com pouquíssimos contributos — o que significa que o teu pesa mais do que imaginas.

Como escrever um que conte.

- Cita a página e o ponto do documento a que te referes. Um contributo genérico é arquivado; um contributo que aponta a página exige resposta.
- Diz o que queres que mude, não apenas o que está mal. Propõe redação alternativa.
- Um argumento por parágrafo, numerado.
- Guarda o comprovativo de submissão e procura depois o relatório de ponderação: é aí que se vê se te responderam.

Falar no período de intervenção do público da Assembleia Municipal

As sessões da assembleia municipal são públicas e têm um período destinado à intervenção dos cidadãos. É o degrau 3 mais eficaz que existe, e o mais desaproveitado.

Passos.

- Descobre a data da próxima sessão e as regras de inscrição, que constam do regimento da Assembleia.
- Inscreve-te com antecedência e entrega o texto por escrito.
- Prepara três minutos, não mais: o problema em duas frases, o pedido em uma, e o que trazes de prova.
- Pede que a intervenção e o pedido fiquem em ata.
- Leva pessoas. A bancada conta quantas.

Requerimento e petição à assembleia municipal

Um requerimento é um pedido individual escrito; uma petição é coletiva e obriga a um tratamento formal. A diferença prática é o número de assinaturas e o peso político.

REGRAS DE OURO

- Um único pedido por documento. Duas exigências no mesmo papel dão duas respostas evasivas em vez de uma clara.
- Identifica sempre um responsável de contacto.
- Peçam número de entrada e acompanhem: uma petição sem seguimento morre em três meses.

Denunciar: SEPNA, IGAMAOT, APA, ICNF — quem trata do quê

Orientação geral.

Na dúvida, denuncia a dois e deixa-os encaminhar. Pior do que denunciar à entidade errada é não denunciar.

- SEPNA (GNR) — o que está a acontecer agora e no terreno: descargas, despejos, abates, queimas, ruído. É quem se desloca.
- IGAMAOT — inspeção das atividades com licença ambiental e do cumprimento das condições impostas. É para quando o problema é uma instalação licenciada que não cumpre.
- APA — autoridade da água e do ambiente: licenciamentos, recursos hídricos, avaliação de impacte ambiental.
- ICNF — áreas classificadas, espécies protegidas, floresta.

Participação procedimental e ação popular ▾

Qualquer cidadão pode intervir em procedimentos administrativos que afetem o ambiente e, em certos casos, agir em juízo em defesa de bens de uso comum — ambiente, saúde pública, património — mesmo sem ser diretamente lesado.
É o instrumento mais pesado deste guia e o único em que vale mesmo a pena procurar apoio jurídico antes de avançar. As ONG de ambiente, incluindo a ZERO, existem em parte para isto.

Queixa ao Provedor de Justiça ▾

Gratuito, sem formalidades e sem advogado. Serve sobretudo contra o silêncio e contra a má administração: pedidos sem resposta, processos parados, prazos ignorados.

O que juntar.

- A cronologia, em datas: o que pediste, quando, a quem, e o que aconteceu (ou não).
- Cópia de tudo, incluindo os números de registo de entrada.
- O pedido concreto: o que queres que aconteça agora.

Queixa à Comissão Europeia por incumprimento

Quando o problema não é uma decisão isolada mas o Estado a não aplicar direito da União — águas, resíduos, habitats, ar, avaliação de impacte — qualquer pessoa pode apresentar queixa à Comissão Europeia, através de formulário próprio e na sua língua.
Não é rápido nem resolve casos individuais. Mas é o instrumento com mais força sobre problemas estruturais e repetidos — e é de graça.

Orçamento participativo e orçamento participativo climático

Muitos municípios têm orçamento participativo. Poucos têm uma parcela reservada a ação climática — e essa é uma das coisas que podes pedir.

Como não perder.

- Lê o regulamento antes de escrever: quase todas as propostas são chumbadas por questões de forma, não de mérito.
- Propõe algo que caiba no valor máximo e em terreno municipal. É o que faz a diferença entre "elegível" e "não elegível".
- A votação ganha-se fora da internet: uma proposta com uma associação local atrás vale por cem partilhas.

Nota de trabalho. Esta secção está escrita em linguagem corrente e evita citar prazos e números de artigo enquanto não tiver revisão jurídica. Antes de publicar, confirmar as referências legais, os prazos de resposta e os contactos de cada entidade.

O QUE PEDIR À TUA CÂMARA

Estas medidas estão ao alcance de qualquer município português. Escolhe uma, não dez. Leva-a por escrito, com um exemplo de quem já a aplicou.

Ruas escolares.

Fechar parcialmente ao trânsito à entrada e à saída das escolas. Custa pouco, vê-se no primeiro dia e cria uma base de apoio — os pais.

Regra 3-30-300.

Ver três árvores da janela, trinta por cento de copado no bairro, um parque a trezentos metros de casa. Um critério simples que transforma a discussão sobre espaços verdes.

Bicicletas partilhadas ligadas aos transportes.

Um sistema municipal de bicicletas com docas junto às estações, escolas e centros de saúde. É a medida de mobilidade que dá resultado visível no primeiro mês e que qualquer pessoa consegue usar.

Biblioteca das coisas e oficina de reparação.

Emprestar ferramentas e reparar em vez de comprar. Barato, popular e transversal a todas as idades.

Circuitos curtos e cantinas públicas com produto local.

Escolas, lares e hospitais abastecidos por produção de proximidade, com uma percentagem em modo biológico, e mercados que aproximem quem produz de quem compra. Muda a procura, não apenas o discurso.

Terrenos municipais para hortas comunitárias.

Ceder terreno, água e um regulamento simples. Custa pouco, tem lista de espera em quase todo o lado e cria comunidade onde não havia.

Comunidades de energia renovável.

Autoconsumo coletivo com escolas, mercados, centros de saúde e coletividades. Baixa a fatura de quem menos pode.

Orçamento participativo climático.

Uma parcela do orçamento reservada a projetos de ação climática propostos por cidadãos.

Painel de indicadores climáticos público.

Emissões, energia, mobilidade e resíduos, atualizados e visíveis. Sem números públicos não há responsabilização.

Água reutilizada na rega e na limpeza urbana.

Usar águas residuais tratadas onde estão disponíveis, em vez de água potável.

Publicidade livre de combustíveis fósseis.

Não permitir publicidade nem patrocínios de produtores de combustíveis fósseis em espaço e eventos municipais.

QUANDO ISTO TE ULTRAPASSA

Há casos que não se resolvem com uma carta bem escrita. São demasiado técnicos, demasiado grandes, ou estão parados há demasiado tempo. Isso não é uma falha tua — é o sinal de que chegou a altura de não estares sozinho. É exatamente para isto que existem as organizações não governamentais de ambiente.

Sinais de que o caso te ultrapassa ▾

- O processo é um projeto com avaliação de impacte ambiental, um plano municipal ou um instrumento de gestão territorial — centenas de páginas técnicas e prazos curtos.
- O local é uma área classificada, a Rede Natura 2000, domínio hídrico ou orla costeira, onde o regime jurídico é específico.
- Já esgotaste os degraus 3 e 4: pediste, insististe, denunciaste, e passaram meses sem decisão.
- A resposta fundamenta-se em pareceres que não te são acessíveis, ou aponta para uma decisão já tomada antes da consulta.
- Percebes que a única via que resta é judicial.
- Sentes pressão: telefonemas, ameaças veladas, o teu nome a circular. Neste caso não esperes — procura apoio de imediato.

Prepara o dossiê antes de bateres à porta ▾

Uma ONGA recebe muitos pedidos e tem poucas mãos. O que faz um caso avançar não é a gravidade — é estar documentado. Leva isto:

- Uma página de resumo: o que se passa, onde, desde quando, quem decide.
- A cronologia em datas: o que pediste, a quem, quando, com que número de registo de entrada, e o que responderam.
- As provas: fotografias datadas, sempre do mesmo enquadramento, coordenadas, documentos.
- O que já tentaste e o que falhou. Poupa meses de trabalho repetido.
- O que pedes em concreto: apoio técnico, apoio jurídico, presença pública, ou apenas uma segunda leitura.

Como escolher a quem te diriges ▾

As organizações não governamentais de ambiente reconhecidas estão inscritas num registo nacional junto da Agência Portuguesa do Ambiente — é onde podes confirmar quem é quem e encontrar as que atuam na tua região. E não escolhas só uma: um caso bem documentado pode interessar a várias, e várias juntas pesam mais do que uma.

- Pelo tema. Há organizações especializadas em aves, em florestas, em água, em resíduos, em litoral. A especialização acelera tudo.
- Pelo território. Uma associação local conhece os terrenos, as pessoas e a história do processo melhor do que qualquer organização nacional.
- Pela escala. Se o problema é uma prática nacional e não um caso isolado, procura quem trabalhe políticas públicas.

Falar com a ZERO ▾

A ZERO tem uma via aberta para receber casos: SOS Ambiente. Não é uma linha de emergência — é o sítio por onde entram as situações que merecem ser olhadas com atenção.

Podes também acompanhar as petições e participações públicas em curso, ser voluntário ou associar-te. Uma organização independente vive de quem a sustenta — e a independência é o que lhe permite dizer o que tem de ser dito.

Duas advertências honestas: nenhuma ONGA consegue pegar em todos os casos, e nenhuma resolve o que a lei não permite resolver. O que uma ONGA te dá é leitura técnica, experiência de processo e voz pública. O resto continua a depender de quem está no terreno — tu.

Não estás sozinho/a.

Se o caso a que te queres dedicar te ultrapassar
- por ser demasiado técnico ou grande demais, ou porque
já esgotaste os pedidos e ainda não obtiveste respostas -
a ZERO recebe casos através do SOS Ambiente, em

zero.ong

Desenvolvido por:

MORE THAN STORIES IMPACT FILMS

zero.

Com o apoio financeiro:

FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN

Este guia foi desenvolvido no âmbito
da Campanha de Impacto do documentário "BALDIO",
como ferramenta de apoio dos workshops "Estação de ação ZERO".